

Programa da Presidência britânica Tony Blair - 23 de Junho de 2005 Sessão Plenária, Estrasburgo

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, ilustres convidados, é uma honra estar hoje no Parlamento Europeu. Com a permissão de V. Exas., regressarei após cada Conselho Europeu durante a Presidência britânica e apresentar-me-ei perante vós. Adicionalmente, terei todo o prazer em consultar o Parlamento antes de cada Conselho, de modo a poder beneficiar das opiniões do Parlamento Europeu antes de quaisquer deliberações serem tomadas pelo Conselho.

Esta é uma alocução oportuna. Por muito que as pessoas discordem actualmente em relação à Europa, concordam pelo menos num ponto: a Europa encontra-se no meio de um profundo debate sobre o seu futuro. Neste momento, pretendo falar claramente a V. Exas. acerca deste debate, das suas razões e da forma de o solucionar. Em cada crise existe uma oportunidade. E esta existe agora para a Europa, desde que tenhamos a coragem de a tomar em mãos.

O debate sobre a Europa não deveria ser conduzido trocando insultos ou em termos de personalidades. Deveria constituir uma troca de ideias franca e aberta. Para começar, quero descrever claramente o modo como defino o debate e o desacordo que lhe está subjacente. A questão não é entre a Europa do "mercado livre" e a Europa social, entre aqueles que querem a retirada para um mercado comum e aqueles que acreditam na Europa como projecto político. Não se trata apenas de uma deturpação. A intenção é intimidar aqueles que querem mudar a Europa, representando o seu desejo de mudança como uma traição ao ideal europeu, a intenção é impedir um debate sério sobre o futuro da Europa, argumentando que a insistência no debate equivale a abraçar a causa anti-europeia. Esta é uma mentalidade contra a qual lutei durante toda a minha vida política. Os ideais sobrevivem através da mudança e morrem através da inércia no confronto com os desafios.

(Aplausos)

Sou apaixonadamente pró-europeu. Sempre o fui.

(Reacções diversas)

Perguntava a mim próprio se iríamos ter um fórum cheio de vivacidade e fico muito satisfeito por ver que assim é.

(Risos)

A isto chama-se democracia e que assim seja por muito tempo.

(Aplausos)

A primeira vez em que votei foi em 1975, no referendo britânico sobre a permanência na UE, e votei "sim". Pouco antes das eleições britânicas, em 1983, quando fui o último candidato do Reino Unido a ser seleccionado, e quando o meu partido tinha uma política de retirada da Europa, mencionei à

conferência de selecção que não concordava com essa política. Houve quem pensasse que eu não tinha passado na selecção, e agora talvez haja quem deseje que assim tivesse sido.

(Risos)

Mas, depois, ajudei a mudar essa política nos anos oitenta e orgulho-me dessa mudança. Desde que me tornei Primeiro-Ministro, assinei a Carta Social Europeia, ajudei, juntamente com a França, a criar e moderna política europeia de defesa, dei o meu contributo para os Tratados de Amesterdão, Nice e Roma.

Esta é uma União de valores, de solidariedade entre as nações e os povos ...

(Aplausos)

... não é meramente um mercado comum, no qual compramos e vendemos, é sim um espaço político comum, no qual vivemos como cidadãos. Vai sê-lo sempre. Acredito na Europa enquanto projecto político comum. Acredito numa Europa com uma forte e solidária dimensão social. Eu nunca aceitaria uma Europa que fosse apenas um mercado económico.

(Aplausos)

Dizer que esta é a questão é fugirmos ao debate real e escondermo-nos no círculo confortável das coisas que sempre dissemos uns aos outros em tempos de dificuldades. Não existe uma divisão entre a Europa necessária para ter êxito económico e a Europa social. A Europa política e a Europa económica não vivem em compartimentos estanques. A Europa social e a Europa económica deveriam ter como objectivos apoiar-se mutuamente. O objectivo da Europa política deve ser a promoção de instituições democráticas e eficazes para desenvolver a política nestas duas áreas e a todos os níveis em que queremos e precisamos de cooperar em defesa dos nossos interesses mútuos. Mas a finalidade da liderança política é adequar as políticas ao mundo actual.

Durante 50 anos, os dirigentes europeus fizeram isso. Estamos a falar em crise, mas vamos primeiro falar em obras. Quando a guerra acabou, a Europa estava em ruínas. Actualmente, a União Europeia é um monumento ao empreendimento político: quase 50 anos de paz, 50 anos de prosperidade, 50 anos de progresso. Pensemos nisto, sintamo-nos gratos e orgulhosos pelo que aconteceu na Europa nestes últimos 50 anos.

(Aplausos)

O curso da história está do lado da União Europeia. Países de todo o mundo estão actualmente a unir-se devido ao facto de, pela cooperação colectiva, aumentarem a sua força individual. Até à segunda metade do século XX, as nações europeias haviam, durante séculos, dominado o mundo, colonizado vastas partes deste, e travado guerras umas contra as outras na luta pela supremacia mundial. Foi aí, no rescaldo da carnificina da Segunda Guerra Mundial, que uns quantos líderes políticos tiveram visão para perceber que essa época fazia parte do passado. O mundo que temos hoje não diminui tal visão: demonstra antes a sua presciência.

Os Estados Unidos constituem a única superpotência do mundo. Mas, dentro de poucas décadas, a China e a Índia vão ser as maiores economias mundiais, possuindo cada um destes países populações três vezes superiores à totalidade da União Europeia. A ideia da Europa, unida e trabalhando em conjunto, é actualmente essencial para que as nossas nações tenham força suficiente para manter o nosso lugar no mundo.

Mas agora, passados quase 50 anos, temos de renovar. Não é vergonha nenhuma fazê-lo. Todas as instituições têm de o fazer, e nós também podemos, mas apenas se fizermos com que os ideais europeus, em que acreditamos, se coadunem de novo com o mundo moderno em que vivemos. Se não o conseguirmos, se a Europa cair no eurocepticismo, ou se as nações europeias, confrontadas com o imenso desafio que se depara, decidirem juntar-se desordenadamente na esperança de evitar a globalização, retraindo-se ao confronto com as mudanças circundantes, refugiando-se nas actuais políticas da Europa como se, repetindo-as constantemente, conseguissem pela simples repetição torná-las mais relevantes, nesse caso arriscamo-nos a falhar. Será um falhanço a uma grande e estratégica escala. Esta não é a altura de aqueles que querem que a Europa mude serem acusados de traírem a Europa. É a altura de reconhecer que apenas pela mudança será possível à Europa recuperar a sua força, a sua importância, o seu idealismo e, por conseguinte, o seu apoio entre a população.

(Aplausos)

Como sempre, as pessoas vão à frente dos políticos. Enquanto classe política, pensamos sempre que as pessoas, alheadas da obsessão diária da política, podem não a entender, podem não ver as suas subtilezas e as suas complexidades. Mas, em última análise, as pessoas vêem a política com maior clareza do que nós, precisamente por não estarem obcecadas por ela no seu quotidiano.

A questão não é, portanto, sobre a ideia da União Europeia. Tem a ver com modernização e com políticas a implementar. Não é um debate sobre como abandonar a Europa, mas sobre a forma de a levar a cumprir o seu desígnio: melhorar as vidas das pessoas. E estas pessoas, neste momento, não estão convencidas.

Pensemos no seguinte. Durante quatro anos, a Europa conduziu um debate sobre a nossa nova Constituição, dois destes anos em Convenção. Foi um trabalho pormenorizado e cuidadoso, estabelecer as novas regras para governar a Europa a 25, e depois a 27, 28 ou mais Estados-Membros. A Constituição foi subscrita por todos os governos. Foi apoiada por todos os líderes. Depois, veio a ser compreensivelmente rejeitada nos referendos de dois Estados-Membros fundadores, no caso dos Países Baixos por mais de 60 por cento. A verdade é que, pelo menos neste momento, assegurar um "sim" num referendo, na maior parte dos Estados-Membros, seria algo de difícil.

Existem duas explicações possíveis. Uma é de que as pessoas estudaram a Constituição e não estão de acordo com os seus artigos específicos. Duvido que tenha sido essa a base do "não" maioritário. Não foi uma questão de redacção ou de um desacordo específico em matéria de texto. A outra explicação é de que a Constituição se tornou meramente no instrumento pelo qual as pessoas manifestaram um descontentamento mais vasto e mais

profundo com o estado de coisas na Europa. Creio ser esta a análise correcta. Se assim é, não se trata de uma crise de instituições políticas. É uma crise de liderança política.

(Aplausos)

As pessoas na Europa estão a fazer-nos perguntas duras. Estão preocupadas com a globalização, com a segurança dos empregos, com as pensões, com os níveis de vida. Olham à sua volta e vêem não apenas a sua economia, mas também a sua sociedade a mudar. As comunidades tradicionais estão desmembradas. Os padrões étnicos estão em mudança. A vida familiar está sob tensão, pois as famílias lutam para equilibrar o trabalho e a casa. Estamos a atravessar uma era de profunda agitação e mudança. Olhem para os vossos filhos e para as tecnologias que eles usam, e olhem para o mercado de trabalho que eles têm pela frente. O mundo está irreconhecível daquilo que era quando fomos estudantes, há vinte ou trinta anos atrás. Quando tais mudanças têm lugar, os moderados têm de assumir a liderança. Se não o fizerem, são os extremistas que ganham o controlo do processo político. Esta situação acontece ao nível das nações e está agora a acontecer na Europa.

Vamos reflectir. A Declaração de Laeken, que lançou a Constituição, tinha como desígnio, e passo a citar "trazer a Europa mais perto do povo". Conseguiu-o? A Agenda de Lisboa foi lançada em 2000 com a ambição de fazer da Europa, e passo a citar "a economia mais competitiva do mundo até 2010". Estamos a meio desse período. Conseguimos? Em mais do que muitas Conclusões de Conselhos fui ouvindo descrever a forma como estamos novamente a ligar a Europa às pessoas, mas será que estamos?

É tempo de cairmos na realidade e escutarmos o chamamento para acordar. Tocam trombetas junto às muralhas da cidade. Ouvimos ou não? Temos a vontade política de ir lá fora ao encontro dessas pessoas, para que encarem colectivamente a nossa liderança como sendo parte da solução e não como sendo parte do problema?

(Aplausos)

É neste contexto que o debate orçamental deveria ser encarado. As pessoas dizem que necessitamos do orçamento para restaurar a credibilidade da Europa. Claro que sim, mas deveria ser o orçamento correcto. Este não pode ser abstraído do debate sobre a crise da Europa, deveria fazer parte da resposta a esse debate.

Algumas palavras sobre a cimeira da passada sexta-feira. Houve quem sugerisse que eu não estive disposto a chegar a um compromisso sobre a correcção a favor do Reino Unido; que eu apenas abordei a reforma da política agrícola comum no último minuto; que eu esperava renegociar a PAC na sexta-feira à noite. Ora, de facto, sou o único dirigente britânico que alguma vez disse que iria pôr o desconto britânico "em cima da mesa". Nunca disse que devíamos acabar com a PAC agora ou renegociá-la de um dia para o outro. Uma tal posição constituiria um absurdo. Qualquer alteração deve ter em conta as legítimas necessidades das comunidades agrícolas e tem de acontecer ao longo do tempo. O que eu disse foram simplesmente duas coisas: que não podemos dar o nosso acordo a novas

Perspectivas Financeiras que não desencadeiem, pelo menos, um processo que dê origem a um orçamento mais racional ...

(Aplausos)

... permitindo obrigatoriamente que um tal orçamento configure a segunda metade das Perspectivas Financeiras até 2013. Caso contrário, 2014 chegará sem que qualquer alteração fundamental seja acordada e muito menos implementada. Entretanto, a Grã-Bretanha pagará obviamente a totalidade da sua quota-parte do alargamento. Chamaria a atenção para o facto de que, em caso algum, permaneceríamos o segundo maior contribuinte líquido da União Europeia, pagando nestas Perspectivas Financeiras mais alguns milhares de milhões de euros do que outros países de dimensão idêntica. Este é, efectivamente, o contexto para este debate sobre o orçamento.

Como seria então uma agenda de políticas diferente para a Europa? Em primeiro lugar, iria modernizar o nosso modelo social. Mais uma vez, houve quem sugerisse que eu pretendo abandonar o modelo social europeu. Mas, alguém me diga que tipo de modelo social europeu é esse que tem 20 milhões de desempregados por toda a Europa; ...

(Aplausos)

... que apresenta taxas de produtividade inferiores às dos Estados Unidos; que permite que haja mais licenciados nas áreas científicas a saírem das universidades da Índia do que da Europa, e que, em todos os índices relativos da economia moderna – qualificações, investigação e desenvolvimento, patentes, tecnologia da informação – está a descer em vez de subir? A Índia vai expandir o seu sector biotecnológico, quintuplicando-o nos próximos cinco anos. A China triplicou a sua despesa na investigação e no desenvolvimento. Das 20 maiores universidades do mundo, apenas duas se situam actualmente na Europa.

O objectivo do nosso modelo social deveria ser aumentar a nossa capacidade para competir, para ajudar a nossa população a enfrentar com êxito a globalização, deixando-a aderir às suas oportunidades e evitar os seus perigos. Claro que precisamos de uma Europa social, mas tem de ser uma Europa social que funcione. E já nos ensinaram como se faz. O relatório Kok de 2004 mostra-nos o que há a fazer: investir no conhecimento, nas qualificações, em políticas activas de mercado de trabalho, em parques científicos e em inovação, em educação superior, em requalificação urbana e no apoio às pequenas empresas. Isto é política social moderna e não a regulação e protecção ao emprego que pode salvar alguns empregos durante algum tempo à custa de muitos empregos no futuro.

(Aplausos)

E já que estamos aqui a demolir caricaturas, deixem-me deitar abaixo mais uma: a ideia de que a Grã-Bretanha está possuída por uma qualquer filosofia de mercado anglo-saxónica extremista que espezinha os pobres e desfavorecidos. O actual Governo britânico introduziu o *New Deal* para os desempregados, o maior programa de emprego da Europa que conseguiu praticamente abolir o desemprego de longa duração entre a juventude do meu país. O Governo aumentou o investimento nos nossos serviços públicos mais do que qualquer outro país europeu nos últimos cinco anos. É verdade

que tínhamos de o fazer, mas o facto é que fizemos mesmo. Lançámos o primeiro salário mínimo da Grã-Bretanha. Procedemos à requalificação das nossas cidades e resgatámos da pobreza quase um milhão de crianças, salvámos dois milhões de pensionistas de viverem com gravíssimas dificuldades e demos agora início à mais radical expansão da prestação de cuidados infantis, dos direitos da maternidade e da paternidade na história do nosso país. Fizemos tudo isto a partir de uma forte economia, tendo-a como base e não à sua custa. Portanto, modernizar o nosso modelo social é a primeira coisa a fazer.

Em segundo lugar, há que deixar o orçamento reflectir essas realidades. O relatório Sapir mostra-nos o que há a fazer: publicado pela Comissão Europeia em 2003, estabelece pormenorizada e claramente como deve ser um orçamento comunitário moderno. Vamos pô-lo em prática. Mas um orçamento moderno para a Europa não é um orçamento que daqui a dez anos ainda está a gastar 40% do seu dinheiro na política agrícola comum.

(Aplausos)

Em terceiro lugar, implementar a Agenda de Lisboa. Nela estabelecemos objectivos para empregos, participação no mercado de trabalho, abandono escolar e aprendizagem ao longo da vida, mas, francamente, desde Lisboa até ao presente, não estamos minimamente perto de atingir tais objectivos até 2010. A Agenda de Lisboa disse-nos o que havia a fazer, vamos fazê-lo.

Quarta prioridade, e aqui vou ser cauteloso, arranjar um enquadramento macroeconómico para a Europa que seja disciplinado mas também flexível. Não sou eu que vou comentar a zona euro, mas refiro apenas o seguinte: se concordássemos em progressos reais relativamente às reformas económicas, se demonstrássemos verdadeira seriedade relativamente à mudança estrutural, então as pessoas sentiriam a reforma da política macroeconómica como algo de judicioso e racional, não como um produto do laxismo fiscal mas sim do bom senso. Para que a Europa cresça, precisamos deste tipo de reforma com urgência.

(Aplausos)

A seguir aos desafios económicos e sociais, confrontemo-nos agora com outro grupo de temas associados: criminalidade, segurança e imigração. Actualmente, a criminalidade atravessa as fronteiras com maior facilidade do que anteriormente. A nossa estimativa é de que, no Reino Unido, só a criminalidade organizada nos está a custar 20 mil milhões de libras esterlinas por ano. A imigração duplicou nos últimos 20 anos. Esta, na sua maior parte, é saudável e bem-vinda, mas há que proceder à sua gestão. A imigração ilegal constitui um problema para as nossas nações e uma tragédia humana para muitos milhares de pessoas. Estima-se que 70% dos imigrantes ilegais têm a sua passagem facilitada por grupos de criminalidade organizada. Depois há a repugnante prática do tráfico de pessoas, em que quadrilhas organizadas movimentam pessoas de uma região para outra com a intenção de as explorar a partir da chegada ao destino. Todos os anos, entre 600 000 e 800 000 pessoas são traficadas à escala global, sendo, em cada ano, 100 000 mulheres vítimas do tráfico de pessoas na União Europeia.

Mais uma vez, uma agenda relevante em matéria de Justiça e Assuntos Internos faria incidir a sua atenção sobre as seguintes questões: implementação do plano de acção da União Europeia em matéria de luta contra o terrorismo, no qual está contido um imenso potencial de melhoria da execução da lei, além de abordar os problemas da radicalização e do recrutamento de terroristas; serviços secretos transfronteiras e policiamento da criminalidade organizada; desenvolvimento de propostas para atingir duramente os traficantes de pessoas e de drogas mediante o levantamento do sigilo das suas contas bancárias, perseguição às suas actividades, detenção dos seus membros mais proeminentes e sua apresentação à justiça; obtenção de acordos de reciprocidade com os países vizinhos e outros relativamente a requerentes com pedidos de asilo indeferidos e a imigrantes ilegais; desenvolvimento de tecnologias biométricas por forma a tornar as fronteiras da Europa mais seguras. É necessário que concentremos a nossa atenção em todas estas questões.

Vem a seguir todo o domínio da política externa e de segurança. Deveríamos chegar a acordo relativamente a medidas práticas com vista a aumentar a capacidade de defesa europeia, deveríamos estar preparados para assumir mais missões de manutenção da paz, bem como de imposição da paz. No quadro da NATO ou, nos casos em que a NATO não se quer envolver, fora dele, deveríamos estar em condições de intervir rápida e eficazmente para apoiar a resolução de conflitos. Olhemos para os números relativamente aos nossos exércitos europeus e à componente da despesa com a defesa. Será que respondem efectivamente às actuais necessidades estratégicas?

Este tipo de política de defesa constitui uma componente necessária de uma política externa eficaz. Mas, mesmo sem ela, deveríamos examinar a forma de induzir a União Europeia a ter uma palavra a dizer. Quando a União Europeia concordou recentemente em duplicar a ajuda a África, sentiu-se imediatamente um efeito benéfico, não só neste conturbado continente, mas também na cooperação europeia. Somos líderes mundiais em ajuda ao desenvolvimento e devemos orgulhar-nos desse facto.

(Aplausos)

Devíamos ser os precursores e promotores de um novo acordo comercial multilateral capaz de incrementar o comércio para todos, em especial para as nações mais pobres.

(Aplausos)

Vamos à frente no debate sobre alterações climáticas e estamos a desenvolver políticas pan-europeias para fazer face à situação. Graças a Javier Solana, a Europa começou a fazer sentir a sua presença no processo de paz do Médio Oriente. O meu argumento é muito simples: uma Europa forte tornar-se-ia um parceiro activo em matéria de política externa, obviamente um bom parceiro para os Estados Unidos, mas também uma entidade capaz de demonstrar a sua própria capacidade de imprimir a sua marca no mundo e de o fazer avançar.

(Aplausos)

Uma tal Europa – com a sua economia em vias de ser modernizada e com a sua segurança melhorada por uma clara acção dentro e fora das suas

fronteiras – seria uma Europa confiante. Uma Europa suficientemente confiante para encarar o alargamento não como uma ameaça, como se a adesão fosse um jogo de soma zero em que os antigos membros perdem para que os novos possam ganhar, mas sim como uma extraordinária oportunidade histórica para construir uma União maior e mais poderosa. Não tenhamos ilusões, se pararmos o alargamento ou se impedirmos as suas consequências naturais, este facto acabará por não salvar empregos, manter empresas em laboração, impedir deslocalizações. Poderia fazê-lo durante algum tempo, mas não muito. A Europa tornar-se-ia mais estreita, mais introspectiva, e aqueles que congregariam apoio situar-se-iam, não na tradição do idealismo europeu, mas sim do nacionalismo e da xenofobia obsoletos.

Digo-o com toda a franqueza, é uma contradição ser a favor da liberalização da adesão à Europa, mas ser contra a abertura da sua economia. Se enveredarmos por esse claro sentido, se fizermos a sua combinação com uma Comissão – como esta, liderada por José Manuel Barroso, é perfeitamente capaz de fazer – preparada para devolver à procedência alguma da regulamentação desnecessária, para remover alguma da burocracia, e também para se tornar defensora de uma Europa competitiva, aberta ao mundo e global, nesse caso não será difícil captar a imaginação e o apoio dos Europeus.

Na nossa Presidência, vamos tentar fazer avançar o acordo orçamental; solucionar alguns dos dossiês mais intrincados, como é o caso da directiva relativa aos serviços e da directiva relativa à organização do tempo de trabalho; dar seguimento às obrigações da União para com aqueles países como a Turquia e a Croácia que aguardam na expectativa de um futuro fazendo parte da Europa; e conduzir este debate sobre o futuro da Europa de uma forma aberta e com uma abordagem inclusiva, apresentando as nossas opiniões de modo incisivo mas com pleno respeito pelas restantes.

Peço unicamente uma coisa: não nos enganemos a nós próprios, pensando que este debate é desnecessário, que, se conseguirmos fingir que tudo pode ficar na mesma, as pessoas, mais cedo ou mais tarde, tornar-se-ão menos exigentes e conformar-se-ão com a Europa tal como ela está, pondo de lado os desejos e expectativas que têm para ela.

Como Primeiro-Ministro, aprendi que o difícil não é tomar a decisão, é sentir quando esta tem de ser tomada. É perceber a diferença entre os desafios que têm de ser geridos e aqueles que têm de ser confrontados e superados. Este é um desses momentos de decisão para a Europa.

O povo da Europa está a falar-nos. Está a colocar-nos questões. Quer a nossa liderança e é altura de lha darmos.

(Vivos e prolongados aplausos)